

# Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



## Relatório de Actividades e Contas.2014

Aveiro – Esgueira

28 Março 2015

## Índice:

<b>Introdução</b> .....	4
<b>I. Projectos</b> .....	5
Jogos Tradicionais.....	5
Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se.....	5
Espaços Museu Associativo.....	5
Rotas do Associativismo.....	6
Projecto A Brincar, Vamos Associar!.....	6
PEJADA.....	6
Estudos e publicações.....	6
<b>II. Formação e qualificação</b> .....	7
Formação Q3.....	7
Formação INOVINTER.....	8
Formação Protocolada (Autarquias) .....	8
Estágios Curriculares e Profissionais.....	9
Formação Académica (Ensino superior).....	9
<b>III. Estruturação</b> .....	9
Novas filiadas.....	9
Estruturação Associativa.....	10
Rejuvenescimento dos órgãos sociais da Confederação.....	10
Funcionamento dos Órgãos Sociais.....	10
<b>IV. Comunicação, Informação e Imagem</b> .....	11
Página (sitio) na Internet .....	11
Folha Informativa Digital.....	11
Redes Sociais .....	11
Comunicação Social.....	11
<b>V. Organização interna, recursos humanos e técnicos</b> .....	12
Área administrativa, jurídica e fiscalidade.....	12
Deliberações Internas.....	13
Área de Estatística.....	13
Movimentos Sociais.....	13
Convites e Representações.....	14
Galardões e Distinções.....	14
<b>VI. Sustentabilidade financeira e Serviços</b> .....	15
Estrutura de receitas e despesas do MAP.....	15
Processo de auscultação permanente.....	16
Diversificação das fontes de receita.....	16
<b>VII. Comemoração dos 90 anos da Confederação e dos 40 anos do 25 de Abril de 1974</b> .....	16
Parceria com a APGICO.....	16
Parceria com o Montepio – Livro “A brincar, vamos associar” .....	17
Parceria com a IMARGEM – Exposição de Artes Plásticas.....	17
Parceria com a Câmara Municipal de Loures – Congresso Democracia e Associativismo.....	17
Parceria com ACC Figueira da Foz e Casino da Figueira – Sessão Solene.....	17

<b>VIII. Relações institucionais</b> .....	17
Conselho Nacional da Economia Social.....	18
Conselho Nacional do Desporto.....	18
Secretário de Estado da Cultura.....	18
Confederação Portuguesa do Voluntariado.....	19
Comité Olímpico de Portugal.....	19
Confederação do Desporto de Portugal.....	19
CPPME – Seminário “As Questões da Fiscalidade e da Justiça na vida das Empresas e do Movimento Associativo” .....	19
AIL – Conferência sobre as Rendas.....	19
Fundação INATEL.....	20
SPA – Sociedade Portuguesa de Autores.....	20
<b>IX. Relações internacionais</b> .....	20
<b>X. Preparação do Congresso Nacional 2015</b> .....	20
Organização do Congresso.....	20
<b>Notas Finais</b> .....	21

## Introdução

### **Imperativo estatutário e datas marcantes**

A apresentação do Relatório e Contas.2014 (RC.2014) ao Conselho Nacional (CN) é um imperativo estatutário, traduzindo-se na demonstração dos actos de gestão associativa desenvolvidos pela Direcção em cooperação com os restantes órgãos dirigentes na persecução dos objectivos programáticos do mandato.

No ano 2014 comemorámos os 90 anos da Confederação e os 40 anos do 25 de Abril. Tratou-se de duas importantes datas para o associativismo e para o país. No que respeita às comemorações dos 90 anos da CPCCRD, tudo fizemos para dignificar esta importante data para a nossa instituição e para o MAP. No que respeita à comemoração dos 40 anos do 25 de Abril de 1974, por iniciativa própria e em parceria com outras entidades, demos o nosso melhor para valorizar e dignificar a data que, na nossa história contemporânea, mais diz ao nosso povo e aos povos africanos.

### **Caracterização da vida associativa**

Vivemos um ano de grandes dificuldades que se juntaram às que vinha de trás. Independentemente da opinião que cada um possa ter sobre as causas e as responsabilidades, não restam dúvidas que o MAP é uma das vítimas desta situação e que os indicadores apontam para que muitas das nossas filiadas tenham, neste período, atravessado grandes dificuldades, levando, em muitos casos, à redução substancial, suspensão ou mesmo ao encerramento da actividade associativa.

O desemprego, os baixos salários, a precariedade, as deslocalizações das empresas, a desregulação e sobrecarga dos horários de trabalho continuaram a ser determinantes na indisponibilidade de activistas e dirigentes associativos enquanto voluntários e benévolos. Estes factores tiveram particular incidência nos nossos órgãos sociais, particularmente na Direcção, a que se juntaram problemas de saúde de alguns dirigentes o que tornou a gestão de 2014 ainda mais difícil.

As nossas previsões, infelizmente, não falharam quanto à intensificação das acções inspectivas de vária ordem, ao agravamento das despesas com aumento de preços e de impostos e a quebra de receitas das actividades estatutárias e complementares o que se veio a reflectir na sustentabilidade financeira do movimento e, conseqüentemente, da estrutura confederativa. Não obstante a nossa luta, propostas e esclarecimentos, agravaram-se as condições de exercício associativo, mantendo-se a falta de apoio dos poderes públicos nacionais ao nosso Movimento colocando assim em causa a prevenção e inclusão social, o desenvolvimento da economia local e a satisfação de necessidades básicas das populações.

### **Resistir no presente para avançar no futuro**

Este RC.2014 reflete a actividade de um ano fundamental para o MAP e para a Confederação no que respeita à procura de soluções para a independência e diversidade da sustentabilidade financeira, continuidade dos projectos associativos, e lançamento das bases de uma nova fase da vida associativa pós troika. Foram, por isso, iniciados os trabalhos de preparação do Congresso Nacional das Colectividades, Associações e Clubes.

Por sua vez, os Órgãos Sociais da Confederação, Estruturas Descentralizadas e Colectividades, reunidas em torno da causa comum que é o Associativismo e de princípios que são a solidariedade, a cooperação, a entrega e a determinação, mostraram estar confiantes na sua força e na sua razão, dando continuidade ao seu grande desígnio nacional que é contribuir para uma sociedade mais participada, mais justa e mais feliz.

Os Órgãos Sociais

## I. Projectos

Os projectos, continuaram a ser uma das principais actividades por serem a resposta às necessidades associativas identificadas e diagnosticadas e constituírem uma parte significativa da sustentabilidade financeira da Confederação e suas estruturas descentralizadas.

Os Projectos determinantes em 2014 foram Os Jogos Tradicionais; EMA - Espaços Museu Associativo, “A brincar, vamos associar” e Estudos e Publicações. Embora tivéssemos previsto desenvolver projectos na área do PEJADA - Empreendedorismo Jovem; Rotas do Associativismo e Agita, não foi possível por várias razões.

### Jogos Tradicionais

Demos seguimento ao Projecto Jogos Tradicionais, desenvolvendo uma série de iniciativas com a colaboração de várias estruturas associativas como Federações Distritais e Associações Concelhias que, no seu conjunto, abrangeram mais de 18000 praticantes

Destacamos as Federações Distritais de Santarém, Lisboa, Setúbal, Aveiro e Algarve e as Associações Concelhias de Valongo, Porto, Almada, Barreiro, Matosinhos e Torres Novas.

Foram distribuídos Kits de Jogos Tradicionais por todas as estruturas aderentes ao projecto que, por sua vez as ampliaram, diversificaram e promoveram iniciativas junto das comunidades locais de onde se destacam as crianças e jovens, mas também adultos e seniores.

Deu-se seguimento aos objectivos que foram definidos desde a primeira hora deste projecto e que são a recolha de todos os jogos tradicionais existentes; recolha de jogos em vias de extinção ou extintos; recolha dos calendários competitivos existentes; bibliografia existente, bem como trabalhos académicos como trabalhos finais de licenciatura, mestrados ou doutoramentos.

Foi ainda constituída a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais (22 Março) tendo sido designada uma Comissão Instaladora composta pela Confederação, pelas Federações de Aveiro, Lisboa e Setúbal e a Associação Concelhia do Porto. Por dificuldades administrativas impostas pelos serviços de notariado, a escritura da Federação só foi concluída em 2015.

Conseguiu-se o apoio institucional do COP- Comité Olímpico de Portugal para este projecto o que veio a dar-lhe uma maior projecção e visibilidade.

No âmbito internacional participámos nos fóruns da TAFISA- Projeto Jogos do Passado Desporto do Presente em Colónia (Alemanha), Helsínquia (Finlândia), Gerlev (Dinamarca) e Tralle (Irlanda).

Lançámos as bases da Exposição de Jogos Tradicionais no Museu Nacional do Desporto que apresenta 100 jogos de todo o país e que se designou por “100% Futuro” e que foi inaugurada no início do ano de 2015. Realizámos ainda no decorrer da VI Convenção de Jogos Tradicionais realizada em Rio Maior um Fórum Científico, em parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, Desmor e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

### Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se!

O Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se! Teve o seu desenrolar natural por iniciativa das filiadas que continuam a desenvolver esta excelente prática para a saúde e convívio. Por falta de apoios financeiros, a Confederação não pode no ano 2014, alargar este projecto a mais áreas e a mais colectividades, não obstante ter sido previsto no Plano de Actividades.

### Espaços Museus Associativos

Demos continuidade ao projecto que visava requalificar, nas filiadas da Região de Lisboa e Setúbal, bem como na da região de Santarém (com a entidade intermediária, Federação Distrital) - os Espaços Museus Associativos, através da criação ou requalificação dos acervos e espólios; da criação ou requalificação dos centros de documentação e/ou bibliotecas.

Este projecto foi possível através da continuação do trabalho interinstitucional da formação e parceria técnica e científica com a Fundação Calouste Gulbenkian e DGLAB-AN/Torre do Tombo. Este projecto contou com o apoio financeiro da Fundação Montepio.

A acção de Formação de Dirigentes consistiu na sensibilização dos mesmos através do módulo “Cultura Associativa” ministrado pela Confederação; “Vamos conhecer e tratar os Arquivos” ministrado pela Torre do Tombo; “Museologia passo a passo: inventariação, catalogação, conservação, exposição e divulgação de acervos” ministrado pela Gulbenkian.

No total, participaram 35 Dirigentes de 14 colectividades e de Associações Concelhias e Federações Distritais, ultrapassando as 800 horas de volume de formação. A encerrar, realizou-se em 15 Novembro um seminário de balanço e perspectivas onde participaram os formandos e os representantes das entidades envolvidas tendo sido entregue um Certificado. Ficou em aberto a possibilidade de o projecto ter continuidade através da instituição de um “Prémio EMA” patrocinado pelo Montepio para os melhores Espaços Museu Associativo.

## **Rotas do Associativismo**

Sendo um Projecto de continuação do projecto EMA, não avançou mas foram feitos os primeiros contactos com o Instituto de Turismo de Portugal, tendo ficado abertas as possibilidades de uma parceria futura.

## **Projecto A Brincar, Vamos Associar!**

De acordo com o protocolo estabelecido com o Montepio geral, disseminamos, afirmamos e desenvolvemos por todo o País, o projecto “A Brincar, Vamos Associar!” através de iniciativas com Câmaras Municipais Escolas e Colectividades, garantindo em cada iniciativa a presença de Dirigentes Associativos. Foram realizadas 12 iniciativas, onde participaram 6.000 crianças do 1.º e 2.º ciclos, tendo aderido ao projecto mais 33 Municípios, mas ainda sem data marcada para a realização das iniciativas. O final do projecto transita para o ano de 2015.

## **PEJADA**

Este projecto tem como principais objectivos, contribuir para a empregabilidade de jovens qualificados e, conseqüentemente, o rejuvenescimento do dirigismo associativo e a sensibilização dos Dirigentes Associativos activos para as questões da gestão dos recursos económicos, financeiros e associativos. Sendo um projecto que depende das condições de acesso a desempregados ou jovens à procura do 1º emprego, disponibilizadas pelos Centros de Emprego, a Confederação, por incapacidade directiva, não foi capaz de dar início ao projecto.

## **Estudos e publicações**

O ano de 2014 fica marcado pela publicação da Revista Análise Associativa e pela constituição do Conselho Científico do MAP.

Com a forte colaboração do coordenador do GEMAP foram realizados um conjunto de contactos com vários especialistas nacionais sobre a problemática do MAP, com vista à constituição do referido Conselho Científico. Todos os convites foram aceites e o Conselho Científico foi constituído e apresentado em Novembro de 2014.

Nessa mesma data, foi apresentada publicamente a revista científica Análise Associativa. Optou-se neste primeiro número da Revista por publicar os conteúdos do Congresso “Democracia e Associativismo”, realizado em Loures. Permite-se, dessa forma, que tais conteúdos possam ser lidos e partilhados por todos aqueles que se interessam por esta temática; e fica, para sempre, o registo de um excelente Congresso, histórico para o MAP.

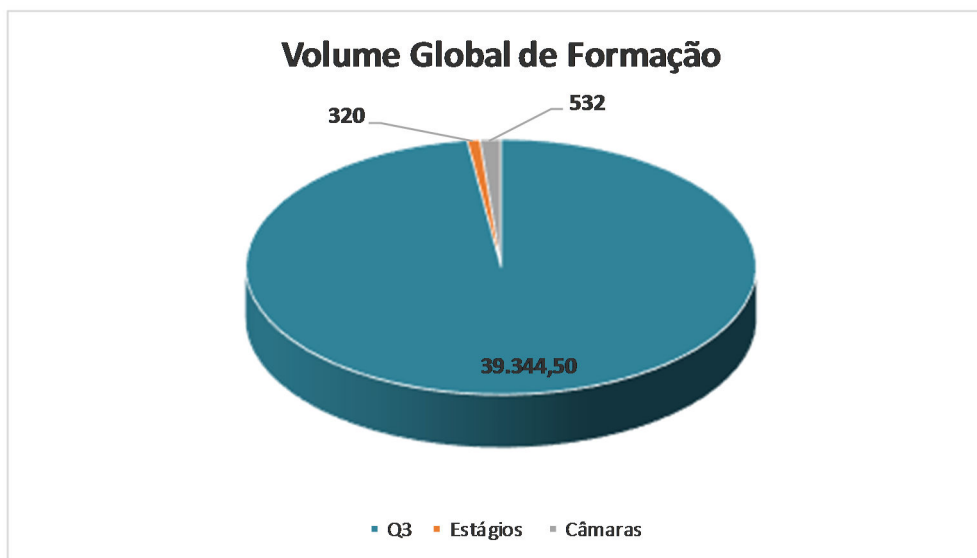
A Revista foi muito bem acolhida por todos aqueles que participaram na sessão pública de apresentação, tendo a mesma tido eco na imprensa; e por todos os que a receberam posteriormente.

Trata-se de um projeto inovador e marcante. Garante-se com a Revista uma maior visibilidade do MAP e promove-se o conhecimento científico em torno de uma realidade ainda muito pouco explorada.

## II. Formação e qualificação

A formação associativa, sob o lema “Formar e Qualificar para melhor Dirigir” assumiu representação mais considerável com maior apropriação enquanto componente da vida associativa, cívica, pessoal e profissional. Na verdade conseguimos sensibilizar mais entidades e mais dirigentes para esta problemática. Consideramos, contudo, que há condições objetivas para melhorar.

Numa análise mais fina verifica-se que a Formação e Qualificação de Dirigentes e Activistas Associativos e de técnicos ligados à Economia Social continuou a merecer da parte da CPCCRD um interesse privilegiado assumindo o valor estruturante para uma intervenção mais eficaz e eficiente tendo atingido entre consultoria e formação cerca de 39.344,50 horas e nas outras vertentes formativas 320 em estágios e 532 em parceria com as Camaras Municipais.



Procurámos melhorar o Plano Nacional de Formação e Qualificação Associativa (PNFQA), alargando as dimensões de intervenção, com diferentes níveis e diferentes respostas. O enfoque na sua consolidação definiu prioridades no domínio da Formação Geral Associativa. Consolidámos a relação com os municípios e com estruturas com Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). A formação Q3 revelou-se, no entanto, como o canal mais importante no que respeita às relações em parceria, ao volume de formação e de recursos humanos e financeiros envolvidos. Apesar de existir um Protocolo de Cooperação para a Formação e Qualificação de Dirigentes com a Academia das Colectividades do Distrito do Porto, continua a não ser possível estabelecer um programa concreto de formação.

### Formação Q3

Terminamos os quatro projetos candidatados, no âmbito das medidas 3.1.2. para as regiões Alentejo, Centro e Norte e à medida 8.2.1 para a região do Algarve, ao POPH, também enquadradas na Parceria Q3. Deveriam terminar, os quatro, em 30 Junho 2014 mas, como se previa, houve a necessidade de apresentar um Plano de Alteração, com vista, entre outros aspetos, à prorrogação de prazo para as regiões Algarve e Centro remetendo o encerramento para 30 Setembro 2014 mas sem acréscimo financeiro. Este P.A. permitiu intervencionar 32 entidades, uma média de 8 por região, apesar de, em candidatura, estarem previstas 28. A satisfação foi bastante positiva havendo, por parte das entidades intervencionadas, vontade de continuidade.

De referir, contudo, alguma ineficiência nos resultados. Houve da parte da CPCCRD bastante investimento que não produziu, na prática, os impactes associativos esperados. Não ocorreram novas filiações, apesar

das promessas, e a Instituição não melhorou a sua imagem na proporção do trabalho desenvolvido. Em futuras acções há que melhorar este aspecto envolvendo, mais, os colegas dirigentes. No contexto do Q3, 3ª edição, e por região, desenvolvemos os seguintes volumes de formação e horas de consultoria, até ao encerramento dos projectos, Alentejo e Norte em Agosto e Algarve e Centro.

<b>Q3-3ª EDIÇÃO</b>					
<b>Regiões</b>	<b>Algarve</b>	<b>Alentejo</b>	<b>Centro</b>	<b>Norte</b>	<b>Total</b>
<b>Formação</b>	8.2905	4.713,5	10.712,5	14.151,50	37.868
<b>Consultoria</b>	440,5	182	378,5	475,5	1.476,5
	<b>8.731</b>	<b>4.895,5</b>	<b>11.091</b>	<b>14.627</b>	<b>39.344,5</b>



### **Formação INOVINTER**

Renovamos o protocolo com o INOVINTER e através do mesmo melhoramos as respostas da formação para o MAP. Com esta ferramenta estamos capacitados para intervir em todas as áreas consideradas necessárias. Concomitantemente é possível suprir os problemas das colectividades impossibilitadas da intervenção Q3, responder ao imperativo legal de formação profissional obrigatória (35 horas anuais para organizações com trabalhadores assalariados), melhorar competências dos Dirigentes Associativos Voluntários (DAV). Esta formação, sem custos para os DAVs que se inscrevam pela via da Confederação, pode ser feita em qualquer ponto do país o que constitui uma mais-valia muito importante.

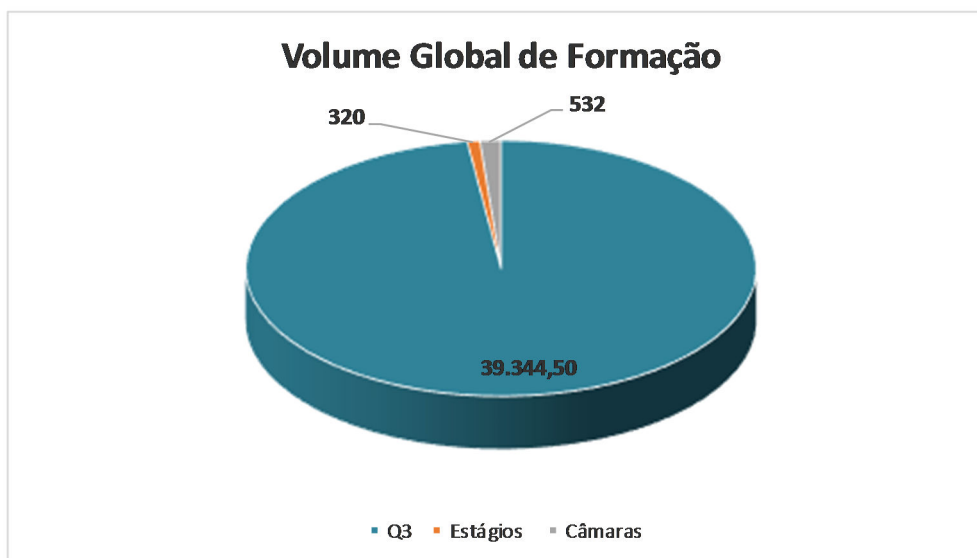
### **Formação Protocolada (Autarquias)**

Procuramos incrementar a dinâmica dos protocolos com autarquias e estruturas, alargando os conteúdos de oferta, adaptados às necessidades emergentes e manifestas, mantendo o modelo de seminário formativo (8 horas) como moda mas com configuração de acções à medida. Conseguimos aumentar tanto o volume de formação protocolada certificada, como formação interna, num volume total de 532 horas. Verificou-se a cessação de dois protocolos, Celorico da Beira e Paços de Ferreira, compensados com a celebração de outros com as Camaras de Arraiolos, Elvas, Torres Vedras e Serpa e com a União das Freguesias Charneca da Caparica e Sobreda/Almada.



## Estágios Curriculares e Profissionais

Continuámos a acolher estagiários/as da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (2x160h) o que materializou um total de (320) Horas. Mantivemos o protocolo para a área da formação com o INOVINTER que permite responder a necessidades formativas em zonas que não estejam abrangidas pelo QREN. Não obstante a divulgação da oferta ter sido disseminada por todas as filiadas e estruturas, continua a não se haver pedidos de formação por esta via.



## Formação Académica (Ensino superior)

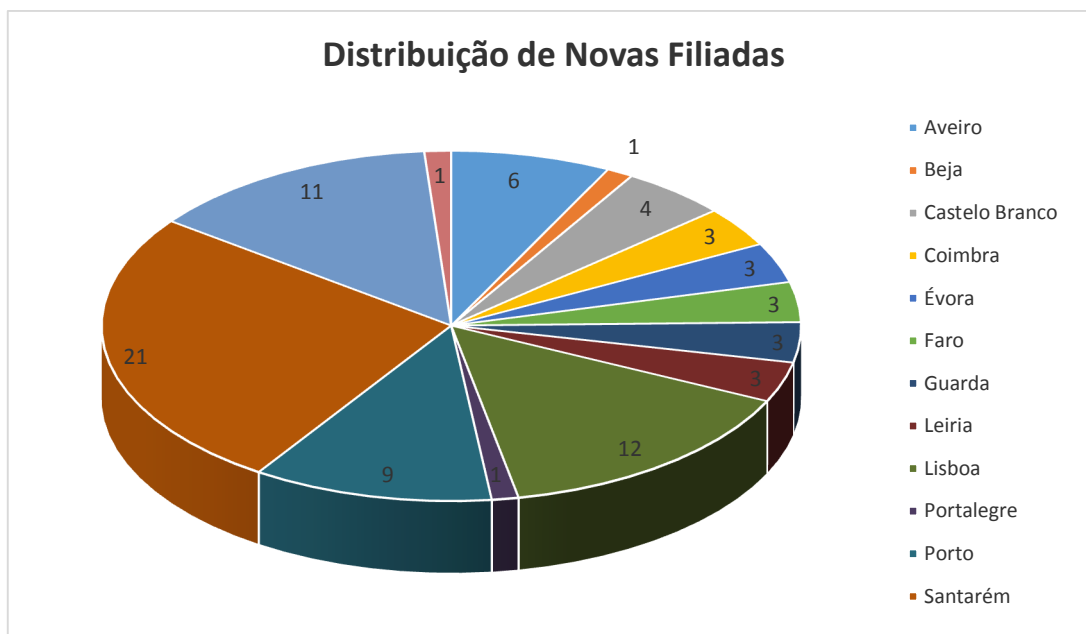
Como nível superior de qualificação, esta área tem uma enorme capacidade de desenvolvimento, podendo ser potenciado pela via do Acesso ao Ensino Superior dos Maiores de 23 anos. Estas candidaturas são feitas em Maio de cada ano e nas próprias faculdades com protocolo com a Confederação. Para além das candidaturas a licenciaturas que tenham a ver com as áreas associativas, existem possibilidades dos DAVs poderem integrar o sistema de Auditores Livres.

No ano de 2014, frequentaram o ISPA em regime de licenciatura 3 Dirigentes (2 para concluírem a sua formação e 1 que iniciou) e 2 em regime de Auditores Livres.

## III. Estruturação

### Novas filiadas

Em função dos contactos estabelecidos pelos membros dos Órgãos Sociais, dos Serviços Administrativos, e do trabalho desenvolvido pelas nossas Estruturas Descentralizadas, no ano de 2014 inscreveram-se 81 novas filiadas. Foram indeferidos alguns processos de candidatura, pelo facto da actividade desenvolvida não se enquadrar nos Estatutos da Confederação.



### Estruturação Associativa

O reforço da estruturação associativa não atingiu os objectos a que nos propusemos. Durante o ano de 2014, não foi constituída nenhuma Associação Concelhia, nem Federação Distrital. Esse facto não pode ser dissociado da falta de dinâmica das Federações Distritais e da dinâmica da própria Confederação, a quem cabem essas competências. Foram contudo dados passos importantes em Elvas, Serpa, Arraiolos, Palmela, Loures, Odivelas, Mira, Coruche, Beja, Alvito, Vila Nova de Gaia, Montemor-o-Novo, Almada, Sobral de Monte Agraço, onde foram abordadas as possibilidades de estruturação concelhia e de formação de dirigentes tendo-se, em vários casos, realizado Plenários de Colectividades com o apoio das Câmaras Municipais.

Foram manifestadas vontades de algumas Colectividades para se constituírem como Colectividades ELO, mas sem resultados práticos.

### Rejuvenescimento dos órgãos sociais da Confederação

Tal com estava previsto no Programa de Acção para o triénio, procurámos rejuvenescer os órgãos sociais da Confederação de forma gradual e contínua ao longo do mandato. O objectivo principal desta medida foi conseguido tendo sido dada posse no Conselho Nacional de 22 de Março no Museu Nacional do Desporto em Lisboa, a 23 Jovens. Foi um passo importante na estratégia de rejuvenescimento dos dirigentes associativos nacionais sendo que muitos deles já desenvolveram tarefas de representação institucional da Confederação e mostraram disponibilidades para terem mais responsabilidades, patentes em artigos de opinião que foram publicando ao longo do ano na Folha Informativa da Confederação.

### Funcionamento dos Órgãos Sociais

Foram realizadas 29 reuniões da Direcção Executiva e 9 reuniões da Direcção Nacional. O Conselho Nacional reuniu ordinariamente no dia 22 Março no Museu do Desporto, em Lisboa, 06 Dezembro no Museu do Fado, em Lisboa, e extraordinariamente no dia 12 Julho no Grupo Musical de Miragaia, Porto. Para além das reuniões dos órgãos sociais no conjunto da actividade da Direcção, realizaram-se 239 reuniões de trabalho com entidades ou personalidades.

## **IV. Comunicação, Informação e Imagem**

Com a certeza da importância da comunicação e informação para o esclarecimento sobre o trabalho desenvolvido pela Confederação, para a articulação nas acções e capacitação dos Dirigentes face aos constantes desafios que são apresentados ao MAP, utilizando as ferramentas que a tecnologia nos proporciona, garantimos a constante comunicação com as Estruturas Descentralizadas, com as filiadas e com os Órgãos Sociais, quer através das Folhas Informativas que editamos, quer através de e-mails, sms, ou telefone.

Devido ao facto de um número muito elevado de filiadas não possuírem ainda meios informáticos que nos permitam o contacto por via electrónica, e por dificuldades financeiras que possibilitem o contacto regular pela via da carta/ofício, não nos foi possível garantir a equidade na informação a todas as filiadas, o que constitui uma dificuldade ao acompanhamento da vida associativa por parte dessas filiadas e muitas vezes ao desconhecimento dos benefícios na filiação, impedindo dessa forma o encurtar as distâncias, a disseminação das vantagens por comunicação entre Dirigentes, e, por consequência, o aumento do número de filiadas.

Continuámos a verificação de desconhecimento por parte de Dirigentes de assuntos sobre os quais foi produzida informação ou comunicação por mais de uma vez, e a falta de acusação de contacto por um alargado número de Dirigentes, incluindo das Estruturas e Órgãos Sociais, o que nos obriga à repetição de contactos, com o consequente consumo redobrado de tempo, energias e comunicações.

### **Página (sitio) na Internet**

A página na Internet foi mantida e sistematicamente actualizada, mantendo fixa a informação genérica da Confederação.

### **Folha Informativa Digital**

Foi mantida a publicação da Folha Informativa em formato digital. Durante o ano de 2014 foram produzidas e publicadas 10 Folhas Informativas, que reproduziram grande parte da actividade da Confederação. Muito gostaríamos que a Folha não se circunscrevesse à actividade da CPCCRD, mas que se constituísse como elemento divulgador das acções mais significativas das Estruturas e das Filiadas, reflectindo dessa forma a grande actividade que é desenvolvida pelo PAP por todo o País, mas essa informação, não nos sendo remetida, impede esse desejo.

### **Redes Sociais**

O Facebook, que vinha sendo elemento preponderante na nossa informação, foi cerceado à Confederação pela respectiva administração, por considerarem a CPCCRD como uma Empresa.

### **Comunicação Social**

Também neste ano não conseguimos conquistar a atenção da Comunicação Social sobre a nossa actividade, com algumas excepções para a Imprensa Regional, o que entendemos por opção política das agendas redactoriais, face à importante actividade nacional do MAP, com iniciativas culturais, desportivas e recreativas que mereciam ser do conhecimento de todos os portugueses.

## V. Organização interna, recursos humanos e técnicos

### Área administrativa, jurídica e fiscalidade

O Gabinete jurídico assegurou o atendimento às filiadas e aos Dirigentes, quer pela via informática quer através do atendimento presencial na Confederação, respondendo prontamente aos esclarecimentos ou pareceres jurídicos solicitados. Durante o ano, foram prestados 131 pareceres e atendimentos presenciais.

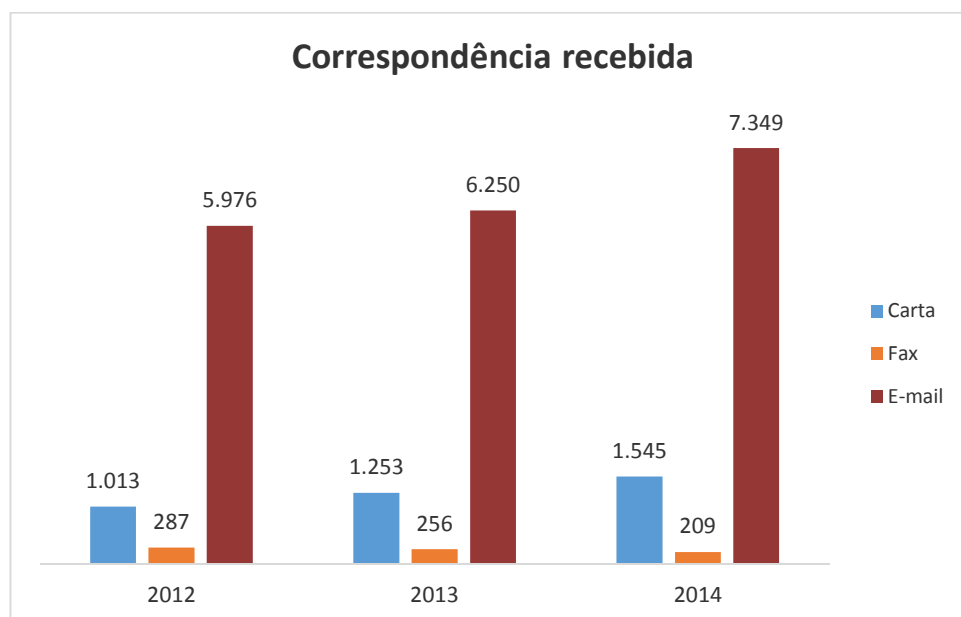
Mesmo com o aumento de tarefas que foram requeridas em correspondência com o aumento da actividade, por dificuldades financeiras, mantivemos o mesmo número de trabalhadoras (3) e colaboradores (3). Para a área dos projectos, no mês de Setembro Outubro ingressou na Confederação um trabalhador temporário com recurso aso IAFP.

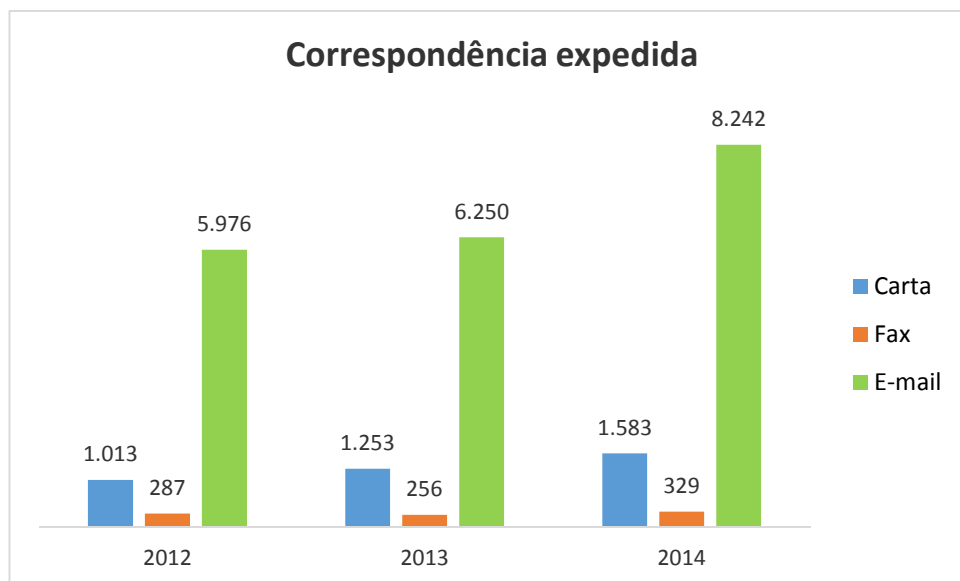
Nessa conformidade, replicamos aquilo que temos afirmado em anteriores relatórios, que a disponibilidade e o empenhamento das trabalhadoras administrativas e técnicos avançados, foram absolutamente essenciais para o alcance dos objectivos traçados no Plano de Actividades.

Reforçamos o equipamento informático com a aquisição de dois computadores portáteis através do projecto Q3, que estiveram ao serviço do referido projecto, revertendo posteriormente para os nossos serviços, especialmente para a área da formação.

Procedemos à substituição do Técnico Oficial de Contas, por motivo de pedido de demissão do anterior técnico.

A correspondência recebida e enviada pelos serviços foi a que se mostra nos quadros abaixo.





### Deliberações internas

As actas da Direcção, reflectoras do conteúdo das reuniões, foram atempadamente enviadas a todos os membros dos Órgãos Sociais e Estruturas Descentralizadas, assegurando desta forma a transparência da gestão através da visibilidade das nossas decisões.

### Área de Estatística

Foi reforçada a área de estatística, atendendo à importância desta vertente na organização, indispensável face ao aumento da representatividade da Confederação junto de órgãos nacionais, candidaturas e desenvolvimento de projectos. O aumento do conhecimento da estrutura financeira das nossas filiadas (despesas e receitas) dos seus recursos humanos, dos respectivos Corpos Sociais, identificação do regime das instalações e particularmente dos efeitos do Novo Regime de Arrendamento Urbano e IMI, são dados que permitem um conhecimento científico, um excelente indicador de caminhos para os protestos e apresentação de propostas de solução junto das entidades responsáveis.

### Movimentos Sociais

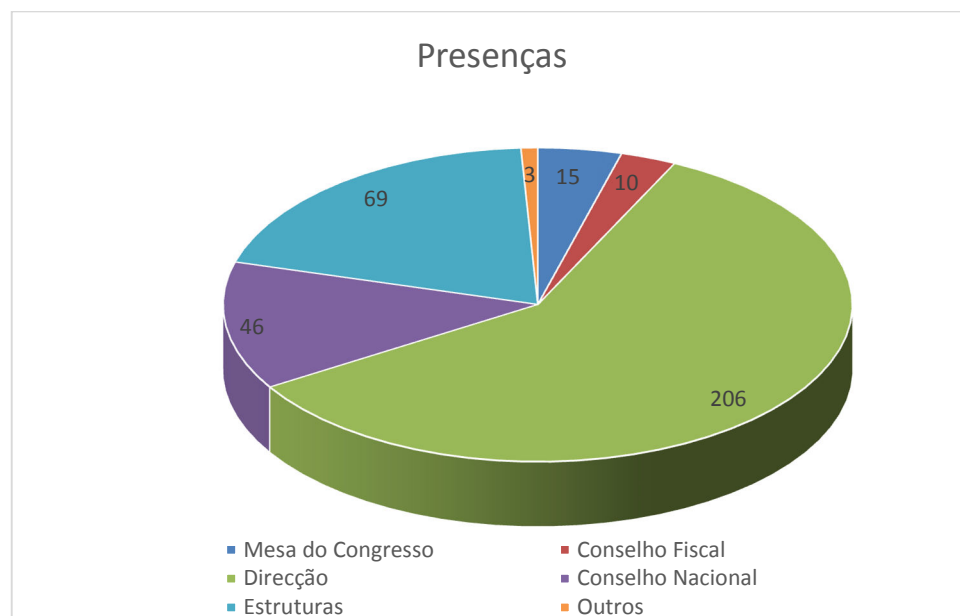
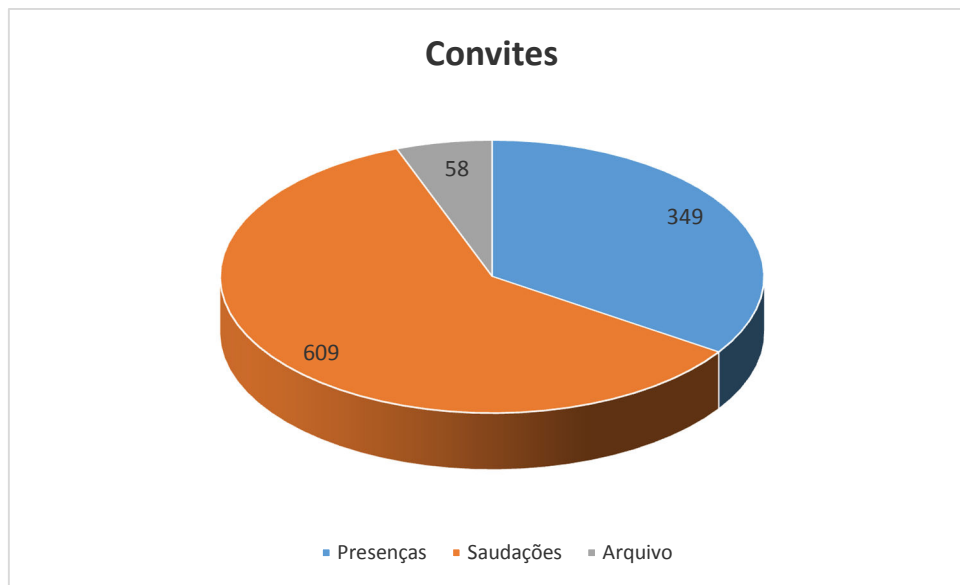
Conforme previsto nos Estatutos, apoiámos ou integrámos os seguintes movimentos sociais:

- Comemorações Populares do 25 Abril em conjunto com outras instituições sociais e políticas, preparando e participando no Desfile Popular com uma delegação composta por Dirigentes e outros activistas associativos;
- Movimento de cidadãos em Defesa de 1% para a Cultura;
- Movimento para a Erradicação da Pobreza;
- Defesa da Paz, em iniciativas promovidas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação;
- Dia Mundial do Coração, interagindo com a Fundação Portuguesa da Cardiologia;
- Solidariedade com os arrendatários associativos, comerciais e habitacionais contra o Novo Regime de Arrendamento Urbano, em conjunto com a Associação de Inquilinos Lisbonenses e Associação de Inquilinos do Norte de Portugal;
- Movimento de cidadãos em Defesa da Água Pública;
- Movimento de cidadãos em defesa dos Serviços Públicos – Segurança social, Saúde e Transportes.

## Convites e Representações

O elevado número de convites que nos são endereçados, quer pelas Estruturas Descentralizadas, pelas filiadas, Autarquias, Instituições parceiras, outras famílias associativas ou outras entidades distintas, tiveram, a correspondência que nos foi possível, pela via presencial, ou por envio de saudação. Foram enviadas saudações especiais a todas as Estruturas e filiadas antecipadamente à data do seu aniversário, mesmo àquelas que não nos dirigiram convite, ou deram nota daquela efeméride.

Na globalidade, foram recebidos 1.016 convites, que foram correspondidos conforme os quadros que a seguir se apresentam:

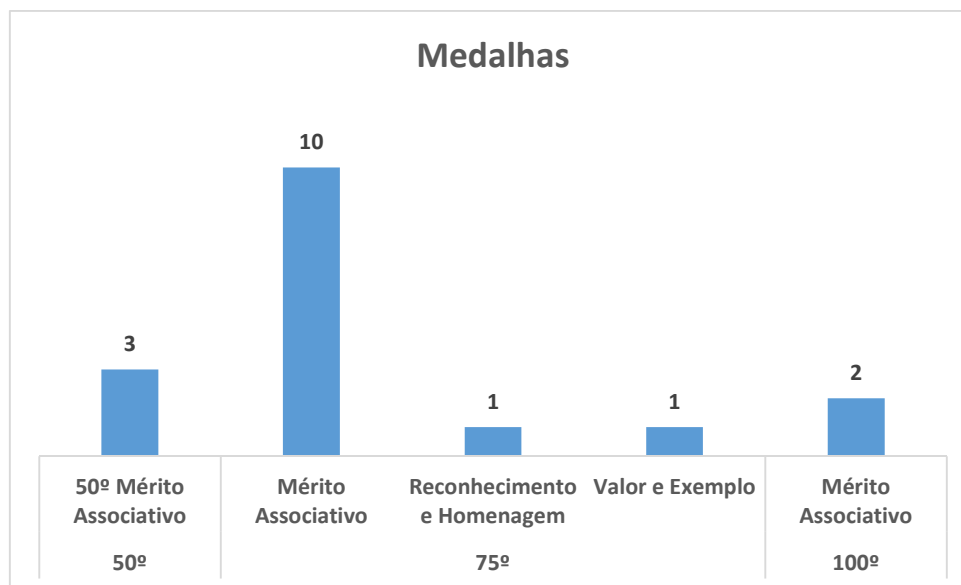


## Galardões e Distinções

Conforme previsto no nosso Regulamento Geral Interno, por ocasião das Comemorações do 90º Aniversário da Confederação realizadas na Figueira da Foz, foram entregues Galardões a entidades ou individualidades que pela sua meritória acção associativa ou por outro relevante serviço prestado, a Direcção decidiu distinguir.

Igualmente, foram galardoadas as filiadas que completaram ciclos de aniversários previstos no RGI.

Em ambas as situações, foram entregues os seguintes Galardões:



## VI. Sustentabilidade financeira

No Plano de Actividades afirmámos que a sustentabilidade financeira da Confederação e Estruturas Descentralizadas, não se pode desligar da sustentabilidade das filiadas e da situação económica e financeira do país. Tem que ser vista de forma integrada. Os problemas de sustentabilidade financeira de toda a estrutura confederativa têm reflexo na vida e intervenções concretas e colocam em causa a independência do Movimento Associativo Popular. Estas afirmações vieram a confirmar-se.

Os problemas de sustentabilidade da nossa estrutura confederativa confirmaram ser de vária ordem, destacando-se: quebra de receitas das actividades estatutárias e das actividades complementares das filiadas; dívidas das autarquias às filiadas; aumento dos custos de funcionamento e da carga fiscal; falta de apoios/compensações financeiras do Estado ao nível local (autarquias) e nacional (OE).

A este conjunto de problemas complexos e de difícil resolução por não dependerem de nós, juntam-se a falta de cumprimento das filiadas no pagamento regular da quotização; falta de estrutura de recebimento da quotização por parte de algumas ACCs e FDCs (responsável por 84% das filiadas); falta de prestação regular de contas de algumas ACCs e FDCs com a Confederação; incapacidade de recebimento da Confederação às filiadas directas (responsável por 16% das filiadas); sistema de redistribuição injusto e assimétrico; falta de co-responsabilização associativa.

A campanha de recuperação de quotas decidida no CN a 7 de Dezembro de 2013 em Almada, foi mal percebida por parte das estruturas, mal divulgada junto das filiadas e como tal, teve que ser alargada por mais 6 meses do que estava inicialmente previsto (resolução de 12 de Julho em Miragaia). Ainda assim, houve milhares de filiadas que não aproveitaram as condições especiais da campanha e houve estruturas que não se empenharam no processo como era de esperar.

### Estrutura de receitas e despesas do MAP

No que diz respeito à Confederação, o ano de 2014, confirmou que a estrutura de receitas assenta em três pilares: quotização; projectos; prestação de serviços estatutários. Importaria que cada Estrutura Descentralizada analisasse a sua estrutura de receitas e despesas e considerasse a sua responsabilidade para com a Confederação. Em vários momentos, a Confederação reuniu com as Estruturas Descentralizadas tendo sido apontadas algumas ideias que, em alguns casos, não vieram a ser levadas à prática. Previam-se dificuldades de financiamento do sistema confederativo (filiadas, estruturas e confederação) e essas dificuldades vieram a confirmar-se.

Relativamente à sustentabilidade do MAP, a Confederação tem uma base dados que permite monitorizar a estrutura de receitas e despesas, mostrando claramente que o MAP é um contribuinte líquido do Orçamento de Estado. Devemos continuar e reforçar este processo de forma a termos os dados o mais generalizado e actualizado possível.

### **Processo de auscultação permanente**

Com a presença de 36 Dirigentes, entre eles os Tesoureiros das Estruturas Descentralizadas, realizou-se no dia 22 de Março, nas instalações da Confederação uma das mais participadas reuniões de trabalho sobre a Sustentabilidade Financeira do MAP em geral e da Confederação em particular, onde cada dirigente pode fazer um diagnóstico da sua estrutura e foram apreciadas várias possibilidades de financiamento e de cooperação futura. Admitiu-se que, no próximo congresso da Confederação (2016) possa haver mudanças profundas no sistema de cobranças e de regime de sustentabilidade. Cada um dos presentes, assumiu a vontade de reflectir colectivamente sobre este assunto que se reveste da maior importância para a vida das colectividades, das estruturas e da confederação enquanto entidade aglutinadora de todo o movimento. Estas questões voltaram a ser debatidas no dia 12 de Julho em Miragaia e vieram confirmar as preocupações e recomendações anteriores.

### **Diversificação das fontes de receita**

A estrutura de receitas da Confederação mostrou a necessidade de se diversificarem as fontes de receitas. Para além das quotas associativas, os serviços prestados nas áreas da contabilidade, jurídica e dos projectos onde, sobretudo, a Formação e Qualificação são determinantes.

Os protocolos feitos com autarquias poderiam ser ainda mais potenciados uma vez que os valores médios dos serviços de formação prestados são relativamente baixos. Há contudo atrasos na liquidação de alguns protocolos que só seriam resolvidos com uma maior intervenção das nossas filiadas e sobretudo das Estruturas Descentralizadas considerando a sua proximidade às autarquias.

A presença institucional da Confederação no CNES permitiu uma melhor informação do processo de candidaturas aos fundos comunitários 2014-2020 mas por falta de publicação de regulamentos gerais e específicos sobretudo no que respeita aos Programas Operacionais, ainda não foi possível apresentar qualquer candidatura em 2014.

## **VII. Comemoração dos 90 anos da Confederação e dos 40 anos do 25 de Abril de 1974**

As comemorações dos 90 anos da Confederação e dos 40 anos do 25 de Abril de 1974, foram realizadas em paralelo e mereceram da parte da Confederação um grande esforço de planificação e de diversificação de iniciativas. Para a realização das comemorações, foram instituídas parcerias com várias entidades das quais se destaca um Protocolo com a Associação 25 de Abril, tendo o mesmo produzido os seus efeitos em várias iniciativas ao longo do ano. Embora não tivesse sido uma iniciativa da Confederação, participámos na Conferência “25 de Abril e Poder Local” organizado pela CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

### **Parceria com a APGICO**

Em conjunto com a APGICO, foi efectuada uma experiência científica de métodos e técnicas de abordagem colectiva com base na Psicologia Organizacional/Comportamental que envolveu dezenas de dirigentes associativos em vários pontos do país. A experiência demonstrou que existem novas técnicas de abordagem às problemáticas e que cabe aos dirigentes associativos tomar a iniciativa de conceber, planear e executar projectos com baixos recursos financeiros e com elevada probabilidade de êxito.



### **Parceria com Montepio - Livro “A brincar, vamos associar”**

No eixo etário, as crianças mereceram uma especial atenção uma vez que foi lançado o Livro “A brincar, vamos Associar” que para além da iniciativa de abertura em Lisboa (Voz do Operário), teve igualmente uma apresentação no Porto. Foi disponibilizado a todas as autarquias do país, tendo havido 33 que manifestaram a vontade que o livro fosse oferecido/distribuído às suas crianças, tendo-se realizado entretanto 12 iniciativas com a participação de cerca de 6.000 crianças.

### **Parceria com a IMARGEM - Exposição de Artes Plásticas**

No eixo de adultos, foi organizada uma Exposição de Artes Plásticas em colaboração com a Imargem-Artistas Plásticos de Almada que primou pela qualidade estética e artística, tendo estado exposta em vários espaços (Voz do Operário, Casino da Figueira da Foz, Associação 25 de Abril, etc).

A Confederação, a propósito e exclusivamente para as comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril, estabeleceu um protocolo de cooperação com a Associação 25 de Abril que foi dada a conhecer aos filiados das duas instituições e se traduziu na participação mutua das iniciativas de cada uma das entidades.

### **Parceria com a Câmara Municipal de Loures - Congresso Democracia e Associativismo**

No Plano de Actividades 2014, estava prevista a realização de uma iniciativa subordinada ao tema “Democracia, Associativismo e Participação”. A iniciativa foi sendo pensada, preparada e acabou por se designar Congresso Democracia e Associativismo, tendo tido lugar no dia 5 de abril de 2014 em Loures. Organizada em parceria entre a CPCCRD e a Câmara Municipal de Loures, pode dizer-se que esta iniciativa atingiu todos os objetivos inicialmente traçados. Integrando um conjunto de oradores de muita qualidade, foi possível assistir a um debate intenso e atual. Produziu-se conhecimento sobre o tema em discussão e foram abertos vários caminhos a explorar.

Acrescentar que o Congresso contou com a presença de cerca de uma centena de dirigentes associativos e com uma forte participação de todos os intervenientes.

Em termos de organização, pode também dizer-se que a parceria com a Câmara de Loures correu muito bem. A articulação entre as duas entidades correu sem qualquer sobressalto. Cada uma das partes cumpriu as suas tarefas, tal como previsto e houve sempre grande disponibilidade e flexibilidade para acontecer e dar resposta aos imprevistos que sempre acontecem.

### **Parceria com a ACC Figueira da Foz e Casino Figueira - Sessão Solene**

A Sessão Solene das Comemorações dos 90 anos da Confederação e dos 40 anos do 25 de Abril decorreu no Casino da Figueira da Foz, onde pudemos ter a colaboração da Associação Concelhia local e do próprio Casino.

Foram momentos de grande importância associativa uma vez que foram distinguidas um vasto conjunto de personalidades e de instituições das quais se destacam a Associação 25 de Abril por representar os militares de Abril e a URAP por representar os civis que lutaram contra a ditadura. Ambas receberam o galardão máximo da Confederação – Instrução e Arte. Foi ainda prestada homenagem póstuma ao colega e Dirigente Azenha Gomes. A sessão foi complementada de forma brilhante com vários apontamentos culturais e artísticos de grupos e associações da Figueira da Foz.

## **VIII. Relações institucionais**

A Confederação prossegue uma estratégia, assumida, de relacionamento institucional com as mais variadas entidades públicas e privadas. Na área do governo central, privilegiamos as relações no CNES, CND e Secretário de Estado da Cultura, de forma a nos aproximarmos dos objetivos que temos enquanto Parceiro Social e na ausência de fazermos parte do CES. No que respeita aos poderes públicos locais, mantivemos e alargámos as relações com Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

No plano das entidades e institutos públicos, privadas da economia social e académicas, privilegiámos as relações com o INE, Montepio, Mútua, CASES, DGLAB/Torre Tombo, Gulbenkian, Fenacoop, Fenacerci, Animar. Participámos no 20º aniversário da IEBA. Mantivemos e ampliámos as relações com as faculdades e universidades.

No plano das famílias associativas intensificámos as relações com a Confederação Portuguesa do Voluntariado, Comité Olímpico de Portugal, Comité Paralímpico de Portugal, Confederação do Desporto de Portugal, Confederação Musical Portuguesa, Confederação Portuguesa das Casas do Povo, Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, Federação de Folclore Português, Federação Portuguesa de Teatro e Federação de Cine clubes.

## **Conselho Nacional Para a Economia Social**

A nossa inclusão no CNES trouxe novas perspectivas de intervenção mas também novas responsabilidades. Nesse sentido, demos continuidade à presença e participação em reuniões do GT dos FEEI, na CASES, através da análise e acompanhamento das propostas das outras ‘famílias’ da ES e apresentação de medidas concretas para ao MAP – seja no que concerne às condições financeiras que decorrem da conjuntura económica actual, seja no que é efeito das medidas e imposições legais que advêm de agravamentos das alterações legislativas – ex. Lei das Rendas, IVA, IMI, taxas e licenças, perda de Estatuto de Utilidade Pública, quebra acentuada de receitas e aumento generalizado das despesas.

No sentido de dar resposta qualificada a esta nova frente, vamos constituir um Grupo de Trabalho de Especialistas na Área Social de forma a elaborar o diagnóstico em tempo real e as propostas alternativas. No âmbito do seu funcionamento, apresentámos propostas para a regulamentação da Lei de Bases da Economia Social e Fundos Comunitários 2014-2020. Participámos em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Permanente e do Plenário do CNES onde expusemos as questões que preocupam o MAP as respectivas propostas.

## **Conselho Nacional do Desporto**

A participação neste Conselho tem-se revelado importante para o nosso movimento desde logo pela visibilidade que tem proporcionado mas também pela possibilidade de contribuirmos para a definição das políticas públicas desportivas.

A intervenção da Confederação proporcionou que a vertente Desporto para Todos passasse a ter uma nova visibilidade e foi determinante para o surgimento do Projecto Desporto para Todos apresentado pelo Governo. Nesse âmbito, foi apoiado o projecto dos Jogos Tradicionais.

O nosso contributo para a campanha da Ética no Desporto consistiu na participação em várias iniciativas promovidas pela estrutura coordenadora do PNED. Muitas destas iniciativas realizaram-se em colectividades. Pelo potencial que as colectividades demonstraram e pela importância deste assunto, poderíamos ter ido mais longe na promoção de iniciativas. Esta temática passou a fazer parte da matéria curricular nos nossos cursos de formação.

No âmbito do funcionamento do CND, participámos em todas as reuniões da Comissão Permanente e do Plenário.

## **Secretário de Estado da Cultura**

Considerando a importância histórica das Bandas Filarmónicas no nosso movimento e a nova medida legislativa que destaca, “o papel na preservação, divulgação e formação musical, as filarmónicas podem também ser facilmente apercebidas como centros de socialização locais e inter-relacionais, constituindo um capital social valioso, com substancial impacto e influência na vida da comunidade, através da agregação de valores sociais e culturais de inclusão, e da construção de identidade e coesão territorial”, destacamos o facto de termos sido convidados a apresentar propostas para a atribuição de Medalhas de Mérito Cultural pelo Secretário de Estado da Cultura.

Nos vários encontros que tivemos para tratar desta questão, deixámos clara a nossa posição quanto aos vários problemas que afectam as nossas bandas. Nesse sentido, foi consensualizado que a entrega de Medalhas deveria ser acompanhada de uma medida concreta e assim surgiu o Núcleo Central de

Partituras em Mafra que foi inaugurado no dia 31 de Agosto onde tivemos oportunidade de assinar um Protocolo de cooperação com o Museu Nacional da Música.

## **Confederação Portuguesa do Voluntariado**

Desempenhamos o cargo de Tesoureiro da Direcção da Assembleia Geral da Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), cabendo-nos dar o maior apoio e solidariedade a esta nova instituição que permite a divulgação do que é o nosso movimento e, simultaneamente, dá-nos uma perspectiva do valor do trabalho voluntário em Portugal.

A existência de uma Conta Satélite para a Economia Social veio trazer novos e importantes dados a propósito desta área. As iniciativas levadas a cabo pela CPV, nomeadamente os Laboratórios do Voluntariado, mereceram a nossa atenção e participação quase sempre com base nos membros da Direcção e dos colegas da região de Lisboa e Setúbal.

A CPV desenvolveu um trabalho meritório nas áreas da formação de voluntários e de divulgação do Voluntariado português onde nos inserimos como uma das suas maiores expressões.

Estivemos sempre representados nas Assembleias Gerais da CPV.

## **Comité Olímpico de Portugal**

Os novos órgãos do COP, trouxeram uma nova perspectiva de trabalho conjunto entre aquela instituição e a nossa Confederação. Integramos a Comissão de Desporto, Trabalho e Tempos Livres tendo sido aceite pelo COP a inclusão do conceito Desporto para Todos através dos projectos Agita Portugal, pela sua saúde mexa-se e Jogos Tradicionais e Populares sendo que, em relação a este último, o COP assumiu-se como entidade apoiante do projecto.

Acreditamos que, por esta via, o desporto de raiz popular e a Confederação sairão mais dignificados e prestigiados e o desporto mais valorizado.

O COP organiza com frequência acções de formação em várias partes do país para as quais convidámos as nossas estruturas e filiações. A Confederação participou em todas as reuniões e assembleias do COP.

## **Confederação do Desporto de Portugal**

As relações com a CDP – Confederação do Desporto de Portugal, têm passado por uma fase meramente institucional com uma cooperação regular. A CDP tem contudo, reforçado a componente da formação tendo de uma forma geral, convidado os nossos dirigentes para a sua frequência. Temos disseminado essa informação. Participámos na Gala do Desporto que evocou os 40 anos do 25 de Abril no Casino Estoril.

No âmbito do funcionamento da CDP temos assumido as nossas responsabilidades na Mesa da Assembleia Geral e participado em todas as iniciativas para as quais fomos convidados ou convocados.

## **CPPME - Seminário “As Questões da Fiscalidade e da Justiça na Vida das Empresas e do Movimento Associativo”**

Em co-organização com a CPPME e a CNAP, realizamos no Seixal um Seminário sobre “Questões da Fiscalidade e da Justiça na Vida das Empresas e do Movimento Associativo” no dia 16 Abril, que constituiu um importante momento de debate e reflexão sobre a vida das Empresas e do Movimento Associativo nos diversos aspectos que lhes são comuns, com a participação de conceituados juristas e fiscalistas.

## **AIL - Conferência sobre as Rendas**

Por iniciativa da AIL- Associação dos Inquilinos Lisbonenses, realizou-se uma Conferência onde foi feito o balanço à aplicação da Lei da Rendas tendo a nossa Confederação sido convidada a apresentar uma comunicação.

A nossa intervenção deixou clara a injusta lei e a sua aplicação à realidade associativa com exemplos de aumentos que colocaram e colocam em causa a continuidade de muitas associações e colectividades.

## **Fundação INATEL**

No âmbito das relações com a INATEL, fomos convidados a apresentar uma comunicação no Iº Congresso dos CCDs, tendo tido oportunidade de dar a conhecer as potencialidades do nosso movimento, estabelecendo uma rede de contactos que mostram as muitas condições de trabalho conjunto, dado muitas das nossas filiadas serem CCDs e vive versa.

No seguimento desta importante iniciativa que juntou cerca de 300 dirigentes de todo o país na Caparica – Almada, ficaram abertas hipóteses de trabalho entre as duas instituições.

Foram dados os primeiros passos para a concretização de um Protocolo de Cooperação entre as duas entidades em que estão previstas iniciativas nas áreas da cultura, recreio, desporto e formação em que os Dirigentes Associativos terão condições semelhantes aos associados da INATEL. A Confederação aguarda uma proposta de data para assinatura.

## **SPA – Sociedade Portuguesa de Autores**

Não obstante se manter o Protocolo com esta instituição, ao longo do ano de 2014, surgiram tensões derivadas à falta de resposta da SPA, quanto ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que dá razão a uma queixa que desobriga ao pagamento da licença de emissão de TV e rádio. A Confederação tomou posição de recomendar às filiadas o não pagamento, tendo a SPA reagido. Mantiveram-se as relações mas no final do ano a SPA declarou a sessão do Protocolo a partir de 19 de Março, sujeita a renegociação o que tem vinda a acontecer.

## **IX. Relações internacionais**

Reconhecendo que a língua portuguesa continua a ser uma das línguas mais faladas em todo o Mundo e que por essa via a cultura portuguesa está presente em todos os continentes, a Confederação tem levado e irá continuar a levar a muitos desses lugares, a nossa cultura, o nosso apoio e solidariedade.

Nessa perspectiva, mantivemos a nossa acção no que respeita a contactos com filiadas e entidades que de alguma forma estejam ligadas e/ou representem o associativismo português no estrangeiro.

Mantivemos o objectivo de ter a Bandeira da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto nos cinco continentes. Reconhecemos ser um objectivo exigente mas não pouparemos esforços para chegar aos portugueses na diáspora, tanto mais quando por razões que não escolheram, muitos foram obrigados a emigrar em busca de melhores condições sócio profissionais.

Tivemos oportunidade de, na Assembleia da República, fazer uma Conferência para os membros da Comissão do Associativismo e Comunicação Social do Conselho das Comunidades Portuguesas.

No âmbito dos Jogos Tradicionais, como se desenvolve noutra parte deste relatório, abriram-se novas perspectivas de relações internacionais.

Devemos reconhecer que, pela sua importância e pela visibilidade que pode dar ao nosso MAP e à nossa Confederação, esta área deve ser mais apoiada no futuro.

## **X. Preparação do Congresso Nacional 2015**

### **Organização do Congresso**

A experiência dos congressos de 1993 e 2001 mostrou que a Confederação e as suas estruturas descentralizadas tinham condições bastantes para organizarem o Congresso em 2015. No entanto por opção estratégica e de solidariedade com outras expressões associativas, foi decidido convidar um conjunto de Confederações e Federações que lograram aceitar o nosso convite e assim assumirem a co-organização deste importante evento.

No final do ano 2014, ficou constituída a Comissão Organizadora (CO) pelas seguintes entidades: Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto; Confederação Portuguesa do Voluntariado; Confederação do Desporto de Portugal; Confederação Portuguesa das Casas do Povo;

Confederação Musical Portuguesa; Federação do Folclore Português, Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; Federação Portuguesa de Teatro e Federação Portuguesa de Cineclubes.

Foi ainda decidido constituir uma Comissão de Redacção com o objectivo de preparar e desenvolver os conteúdos associativos para reflexão e um Secretariado para preparação e acompanhamento de toda a logística do Congresso.

## **Notas finais**

O ano 2014 foi marcado por um conjunto de acontecimentos externos ao associativismo que de alguma forma tiveram reflexos na nossa actividade. Continuaram as medidas de agravamento das políticas fiscais, aumento de rendas, pressão das entidades fiscalizadoras, aumento dos custos de funcionamento, entre outros. Ao certo, ninguém está em condições de dizer quais os impactos negativos destas medidas e das consequências para as colectividades mas sabemos que foram gravíssimos e muitas tiveram que reduzir actividades, suspender ou mesmo fechar.

Por outro lado, a Lei de Bases da Economia Social que deveria ter sido regulamentada em toda a sua extensão, e para a qual apresentámos propostas, foi apenas em algumas áreas tendo a nossa área ficado por regulamentar com todos os inconvenientes que daí advêm.

Por outro lado, manteve-se a angústia de, a qualquer momento, termos que mudar de instalações da sede nacional por força de um projecto (ao qual não nos opomos) mas que por indefinição gera instabilidade. Não obstante as difíceis condições, devemos aqui destacar o papel insubstituível das nossas funcionárias permanentes, dos técnicos avançados, dos estagiários e voluntários que connosco colaboraram. Sem eles, não teria sido possível irmos tão longe.

Fica igualmente o reconhecimento e agradecimento a todas as entidades e personalidades que de alguma forma colaboraram e apoiaram a nossa Confederação e, por via disso, o nosso Movimento Associativo Popular.